

HABEAS CORPUS Nº 549.028 - SP (2019/0358641-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JOSE CARLOS SANTAO
ADVOGADO : JOSE CARLOS SANTÃO - SP070495
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TALITA VICTÓRIA RIBEIRO SAMPAIO SEVERINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de TALITA VICTORIA RIBEIRO SAMPAIO SEVERINO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ fls. 23/24):

HABEAS CORPUS ALEGAÇÃO DE QUE A PACIENTE SOFRE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, POSTO QUE NÃO COMETEU OS ILÍCITOS EM QUESTÃO. SEGUNDO ARGUMENTO DE QUE A R. DECISÃO JUDICIAL FOI PROLATADA COM CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. TERCEIRO DE QUE ELA POSSUI OS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS PARA A RECEPÇÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. QUARTO QUANTO A DEVER SER OBSERVADO O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.

IMPUTAÇÃO FEITA NOS TERMOS DO ART. 33 E 35, C.C. O ART. 40, III, DA LEI Nº 11.343/06, NA FORMA DO ART. 69, CP.

CASO EM QUE, CONFORME A LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E A INFRACONSTITUCIONAL VIGENTES, BEM COMO REMANSOSA JURISPRUDÊNCIA, AS IMPUTAÇÕES FEITAS INVIABILIZAM A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO REQUERIDO.

DESPACHO JUDICIAL QUE SE MOSTRA DEVIDAMENTE EMBASADO EM REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP.

PRISÃO QUE NÃO OFENDE O PRINCÍPIO SUPRARREFERIDO, DADA A SUA NATUREZA PROCESSUAL CAUTELAR.

PARTE DO RECLAMO QUE ENSEJA ABORDAGEM MERITÓRIA E QUE, PORTANTO, REFOGE AO ESTREITO

CAMPO DE ATUAÇÃO DO WRIT.

Ordem conhecida apenas em parte e, nessa parte, denegada.

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante pelo crime de tráfico de drogas, prisão convertida em preventiva.

No presente *writ*, renovando-se os fundamentos da impetração originária, sustenta a defesa que "não houve sequer uma prova material e indícios suficientes de autoria quanto às acusações que são feitas a ora paciente" (e-STJ fl. 8).

Alega que, "considerando a ausência de qualquer situação de mercancia, bem como, a pequena quantidade de drogas apreendida, forçosamente, nesse momento, é de se concluir que o paciente é, no máximo, usuário de droga." (e-STJ fl. 9).

Noutro giro, sustenta que a prisão cautelar carece de fundamentação idônea, bem como o paciente é tacnicamente primária, possui ocupação lícita e residência fixa.

Ao final, requer, liminarmente e no mérito, seja revogada a prisão preventiva imposta à paciente, determinando-se, ainda, o trancamento da ação penal.

É o relatório. Decido.

Não há como prosseguir a irresignação. Isso porque os autos não foram instruídos com as peças processuais indispensáveis à compreensão da controvérsia, em especial a denúncia e o decreto de prisão preventiva, documentos essenciais e que não foram juntados.

Como é cediço, *o habeas corpus, como via mandamental, bem assim o relacionado recurso ordinário, tem de vir instruído com todas as peças aptas a demonstrar o alegado constrangimento ilegal, pois, do contrário,*

Superior Tribunal de Justiça

estar-se-á decidindo em tese, o que não é possível à jurisdição criminal, que deve ter sempre os olhos voltados ao caso concreto (RHC n. 39.081/PR, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 25/11/2014, DJe 15/12/2014).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator